



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

**KÁTIA SAMARINI MACHADO**

**Belo Horizonte – Minas Gerais  
2010**



**KÁTIA SAMARINI MACHADO**

## **INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do grau de especialista em Gestão Escolar.

Orientador: Micheli Virgínia de Andrade Feital

**Belo Horizonte – Minas Gerais  
Faculdade de Educação – UFMG  
2010**

**KÁTIA SAMARINI MACHADO**

## TÍTULO COMPLETO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.*

---

Prof<sup>a</sup> Maria Angélica Araújo Ribeiro (orientadora) – UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho a minha família, em especial a minha filha Fernanda, por toda compreensão e apoio na luta por esta conquista.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus familiares pelo amor e compreensão durante esse período de estudo, por todo apoio nos momentos decisivos e por serem meu porto seguro.

À toda equipe de professores e orientadores por todas as oportunidades concedidas, pela amizade e conselhos e pelo grande incentivo à realização desse curso.

À minha orientadora Micheli Virgínia de Andrade Feital exemplo de gentileza e profissionalismo, por estar sempre disposta a ajudar e a esclarecer minhas dúvidas.

Às grandes amigas Cida e Grécia pela presença marcante nos momentos felizes e apoio nos momentos difíceis.

Aos colegas do curso pela amizade e conhecimentos compartilhados.

Obrigada a todos que torceram por mim!

Venham para a beira, disse ele.

Eles disseram: Temos medo

Venham para a beira, disse ele.

Eles foram.

Ele os empurrou...e eles voaram.

Guillaume Apollinaire

## RESUMO

Este trabalho tem como proposta fundamental investigar como a inclusão de estudantes com deficiências ocorre no cotidiano de escolas públicas regulares e visa identificar os benefícios e as dificuldades referentes à implementação dessa proposta educacional para a comunidade escolar como um todo, sem perder de vista as noções de solidariedade humana e a busca de especializações dos profissionais da educação para atender essa demanda tão importante e ao mesmo tempo tão conflitante.

A inclusão está inserida no contexto de todas as escolas e dos profissionais da educação, pretende-se observar então, o conceito de termos utilizados na inclusão e a proposta dos professores para atuar junto aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Palavras-chaves: inclusão – cotidiano – escolas

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2- PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS .....</b>	<b>10</b>
2.1 Terminologia.....	10
<b>3- INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR .....</b>	<b>12</b>
<b>4- EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....</b>	<b>15</b>
4.1 Os professores e sua formação.....	19
<b>5- A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E ESCOLAR .....</b>	<b>22</b>
<b>6- CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>24</b>
<b>7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>27</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O interesse por esse tema está centrado no princípio de que a Educação é direito de todos e a importância de definir um perfil de ações voltadas para a transformação da realidade da Escola Pública buscando a implementação gradativa de uma escola viva e inclusiva.

A noção da escola inclusiva nos leva a uma consciência de que devemos dar oportunidades a todos os estudantes de ter as mesmas chances, em condições igualitárias, nos processos de ensino-aprendizagem.

Dentro desse contexto, o objetivo é analisar a representação social dos professores de alunos com deficiência incluídos no ensino regular, considerando também outros fatores importantes para o acesso e permanência desses alunos nas classes comuns, como: representação da inclusão, da deficiência e da pessoa com deficiência. Serão analisadas as posições de professores sobre a inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares municipais, como eles vêem esta questão e de que forma podemos atuar para que estes alunos sejam incluídos na escola e na sociedade.

Pretende-se refletir sobre a prática educacional inclusiva, mostrando alguns caminhos a serem trilhados, como a necessidade de realização de adaptações pedagógicas e de acesso ao currículo, bem como da capacitação dos educadores para receberem alunos com Necessidades Educacionais Especiais e o uso das terminologias do processo de inclusão.

## 2- PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

### 2.1 TERMINOLOGIA

Muitas são as formas usadas para denominar as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência: “deficientes” “pessoas com necessidades educativas especiais”, “portadores de necessidades especiais”, “pessoa com deficiência”, etc. mas não importa o termo e sim o relacionamento com essas pessoas. Segundo Sasaki:

(...) jamais houve ou haverá um único termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços, ou seja, latitudinal e longitudinalmente. A razão disto reside no fato de que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência. (SASSAKI, 2003, p.1).

Conforme mencionado por Sasaki (2003), percebe-se que a cada época, diferentes termos são utilizados para se referir às pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, tais como: aleijados, deformados, inválidos, paráliticos, entre outros, representando as ideologias e os valores de cada sociedade. Porém, na medida em que as sociedades vão se desenvolvendo em relação às questões que envolvem não apenas às pessoas com deficiências, mas também às referentes a outros grupos excluídos, um grande número de movimentos sociais, com vistas à inclusão social dessas pessoas, começa a ocorrer. Dessa forma, muitas concepções vão sendo transformadas e, conseqüentemente, outras terminologias e conceitos passam a prevalecer, amenizando, então, certas denominações negativas anteriormente utilizadas.

Apesar da pluralidade de termos, será discutido neste trabalho aqueles mais comuns, utilizados atualmente pelos estudiosos do tema, tais como: “deficiente”, “necessidades educativas especiais”, “portadores de necessidades especiais”, “pessoa com deficiência”. Nessa perspectiva, começemos por analisar o termo “deficiente” que, conforme mencionado por Sasaki (2003), quando o mesmo é usado na forma substantivada, não seria o mais apropriado e, nem mesmo aceito. Para designar este grupo de pessoas, visto que ressalta a deficiência em detrimento do ser humano, ou seja, tal terminologia reduz o sujeito a apenas uma característica que possui, desconsiderando outras particularidades do mesmo.

Em substituição ao termo “deficiente”, surge a partir da Declaração de Salamanca, o termo “necessidades educacionais especiais” (NEE). Esse termo também pode ser considerado inapropriado em virtude de sua abrangência, pois pode se referir não apenas àquelas pessoas com comprometimento de natureza física, mental, auditiva, visual ou múltipla, mas também àquelas que necessitam de cuidados e atendimentos especiais. Assim, não são somente as pessoas com deficiência que possuem algumas necessidades especiais, mas também outros grupos como idosos, gestantes, etc. Diante disso:

(...) o termo “necessidades educacionais especiais” deve ser usado com um significado mais amplo do que o habitual, como sendo resultante de condições atípicas no desenvolvimento da criança ou do adolescente, tais como as “deficiências mental, física, auditiva, visual e múltiplas; autismo; dificuldades de aprendizagem; insuficiências orgânicas; superdotação; problemas de conduta; distúrbio de déficit de atenção como hiperatividade; distúrbio obsessivo compulsivo e síndrome de Tourette; distúrbios emocionais; transtornos mentais (SASSAKI apud LIBÓRIO E CASTRO, 2005, p. 04 e 05 )

Outra forma bastante utilizada seria a terminologia “portadores de necessidades especiais”. Neste caso, além da abrangência mencionada anteriormente, verifica-se o acréscimo da palavra “portador”, que segundo autores como Sassaki (2003) deve ser evitada, visto que pessoas não portam uma deficiência, como portam, por exemplo, uma carteira ou um guarda-chuva. Nesse sentido, este autor salienta que, “Tanto o verbo ‘portar’, como o substantivo ‘portador’, como o adjetivo ‘portadora’ não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa. Por exemplo, não dizemos e nem escrevemos que uma pessoa porta olhos verdes ou pele morena”. (SASSAKI, 2003, p. 06)

Sobre este aspecto, Fávero nos explica que:

A expressão portador cai muito bem para coisas que a pessoa carrega e/ou pode deixar de lado, não para características físicas, sensoriais ou mentais do ser humano. Ainda, que a palavra portador traz um peso freqüentemente associado a doenças, já que também é usada, aí corretamente, para designar uma situação em que alguém, em determinado momento, está portando um vírus, por exemplo. (FÁVERO apud CAMPOS, 2006, p.28).

Diante das muitas terminologias que nos vêm sendo apresentadas e respeitando as diversas concepções sobre o assunto, opta-se por utilizar neste trabalho a expressão “pessoa com deficiência”, para nos referir a esses sujeitos, em virtude de ser, entre os existentes na atualidade, o termo que expressa com maior

clareza a real condição do indivíduo, enfatizando a pessoa em detrimento à deficiência. Nesse sentido Sasaki ressalta que:

(...) do ponto de vista dos movimentos sociais vem havendo uma grande mobilização, em âmbito mundial, no sentido de se defender o uso da terminologia “pessoa com deficiência”, “criança e / ou adolescente com deficiência”, “aluno com deficiência”, pelo fato desta não camuflar nem esconder a deficiência, para mostrar com dignidade a realidade da deficiência e para combater neologismos, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, dentre outros. (SASSAKI apud CASTRO; LIBÓRIO, 2005, p. 07).

Baseado neste ponto de vista e nas considerações abordadas, neste trabalho, optar por esta terminologia é o mais oportuno e sensato.

### 3- INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR

A pedagogia da exclusão tem origens remotas, condizentes com o modo como estão sendo construídas as condições de existência da humanidade em determinado momento histórico. Poucos podiam participar dos espaços sociais nos quais se transmitiam e se criavam conhecimentos. Percorrendo os períodos da história universal, desde os mais remotos tempos, evidenciam-se teorias e práticas sociais segregadoras, inclusive quanto o acesso ao saber.

Ainda hoje, constata-se a dificuldade de aceitação do diferente no seio familiar e social, principalmente do portador de deficiências múltiplas e graves, que na escolarização apresenta dificuldades acentuadas de aprendizagem. Os indivíduos com deficiências, visto como “doentes” e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, no imaginário coletivo, a posição de alvos da caridade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito a educação.

Determinado segmento da comunidade, além desse grupo, permanecem igualmente discriminados e a margem do sistema educacional. Assim, muitas vezes esses alunos abandonam o sistema educacional, inclusive por dificuldades de relacionamentos.

Outro grupo que é comumente excluído do sistema educacional é composto por alunos que apresentam dificuldades de adaptação escolar por apresentarem condutas peculiares de síndrome e de quadros psicológicos, neurológicos ou

psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento, dificuldades acentuadas de aprendizagem e prejuízos no relacionamento social.

Cada aluno, certamente, vai requerer diferentes estratégias pedagógicas, que lhes possibilitem o acesso à herança cultural, ao conhecimento socialmente construído e a vida produtiva, condições essenciais para a inclusão social e ao pleno exercício da cidadania. Entretanto, devemos conceber essas estratégias não como medidas compensatórias e pontuais, e sim como parte de um projeto educativo e social de caráter emancipatório e global.

Entende-se por inclusão a garantia a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade. Sociedade essa, que deve estar orientada por relações de acolhimento a diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade em todas as dimensões da vida. A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático.

A inclusão educacional é parte integrante desse processo e contribuição essencial para a determinação de seus rumos.

Até recentemente, a teoria e a prática dominantes relativas ao atendimento às necessidades educacionais especiais de crianças, jovens e adultos, definiam a organização de escolas e de classes especiais, separando essa população dos demais alunos. Nem sempre, mas em muitos casos, a escola especial desenvolvia-se em regime residencial e, conseqüentemente, a criança, o adolescente e o jovem eram afastados da família e da sociedade. Esse procedimento conduzia, invariavelmente, a um aprofundamento maior do preconceito.

Essa tendência, que já foi senso comum no passado, reforçava não só a segregação de indivíduos, mas também os preconceitos sobre as pessoas que fugiam dos padrões de “normalidade”, agravando-se pela irresponsabilidade dos sistemas de ensino para com essa parcela da população, assim como pelas omissões e/ou insuficiência de informações acerca desse alunado nos cursos de formação de professores. Na tentativa de integrar os alunos com deficiências nas escolas comuns do ensino regular, surgiu o movimento de integração escolar.

Esse movimento caracterizou-se, de início, pela utilização das classes especiais (integração parcial) na “preparação” do aluno para “integração total” na

escola comum. Ocorria, com freqüência, o encaminhamento indevido de alunos para as classes especiais, e conseqüentemente, a rotulação a que eram submetidos.

A criança, nesse processo, tinha que se adequar à escola, que se mantinha inalterada. A integração total na classe comum só era permitida para aqueles alunos que conseguissem acompanhar o currículo ali desenvolvido, impedindo assim, que as crianças com deficiência alcançassem os níveis mais elevados de ensino.

Pensa-se diferentemente, na era atual, batizada como a era dos direitos, acerca das necessidades educacionais dos alunos. A ruptura com a ideologia da exclusão proporcionou a implantação da política de inclusão, que vem sendo debatida e exercitada em vários países, entre eles o Brasil.

Ao concordar com a Declaração firmada em Jomtiem, em 1990, o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo. Reafirmou essa opção em 1994, na Declaração de Salamanca que define princípios que orientam a política e a prática em Educação Inclusiva.

De um modo geral, Sassaki (2006) faz a tentativa de situá-las em quatro fases pelas quais a pessoa com deficiência tem passado em relação ao processo educacional:

- a) fase da exclusão – as pessoas com deficiência não recebiam atenção educacional alguma;
- b) fase da segregação institucional – as pessoas com deficiência freqüentavam escolas especiais ou hospitais e residências utilizadas como locais de educação especial;
- c) fase da integração – algumas pessoas com deficiência eram encaminhadas às escolas de ensino regular, a classes especiais e a salas de recursos, podendo ocorrer pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais próprios, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, da escola comum, da empresa comum, do clube comum, etc.;
- d) fase da inclusão – todas as pessoas com deficiência são inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos são adaptados aos alunos de acordo com suas necessidades.

Essas fases ainda estão presentes no sistema educacional, mas é muito importante que se busque, ao incluir a pessoa com deficiência em classes comuns, dar condições para o seu desenvolvimento.

#### 4- EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os debates em prol de uma educação inclusiva começaram no final da década de 80 e início dos anos 90. Em 1990, foi realizada a Conferência Mundial

sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, em Jomtien, Tailândia, promovida pelo Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Participaram educadores de diversos países do mundo, sendo nessa ocasião aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. (Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, art.01)

Neste contexto, quando se ressalta o direito de todos à educação, se faz necessário estar atento que essa inclusão deve respeitar cada indivíduo nas suas diversas dificuldades como ressalta MATOAN:

fazer valer o direito à educação para todos não se limita a cumprir o que é de lei e aplicá-la, sumariamente, às situações discriminadoras. O assunto merece um entendimento mais fundo dessa questão de justiça. A escola justa e desejável para todos não se sustenta unicamente no fato de os homens serem iguais e nascerem iguais.

Neste contexto é preciso, antes de mais nada, saber a que igualdade ou 'desigualdade' se está incluindo o estudante, MATOAN, citando BOBBIO esclarece:

a igualdade natural não tem um significado unívoco, mas tantos quantos forem as respostas às questões: *Igualdade entre quem? Igualdade em quê?* A extensão desse valor, portanto, precisa ser considerada, para não entendermos que todos os homens sejam iguais em tudo! (BOBBIO 1997),

Promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO, em 1994, foi realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, que produziu a Declaração de Salamanca (Brasil, 1997), tida como o mais importante marco mundial na difusão da filosofia da educação inclusiva. Foram adotadas linhas de ação para a Educação Especial, nos marcos do conceito de educação inclusiva, que vem influenciando em praticamente todo o mundo tanto a elaboração de políticas públicas, quanto às práticas educacionais. É importante observar que, na Declaração de Salamanca, a expressão "necessidades especiais" tem um caráter abrangente, envolvendo não só pessoas com deficiências, mas

também pessoas que apresentam dificuldades de escolarização decorrentes de condições econômicas e socioculturais.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e aos gozos e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração das crianças e dos jovens com necessidades educativas é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade (SALAMANCA, 1994, p43).

Portanto, a partir de então, ganham terreno as teorias e práticas inclusivas em muitos países, inclusive no Brasil. Dessa forma, o paradigma da inclusão globaliza-se e torna-se, no final do século XX, palavra de ordem em praticamente todas as ciências humanas. No Brasil, além da Constituição Federal da República Brasileira (1988), a atual LDBEN, Lei N.º 9.394 (1996), também preconiza a inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (LDBEN, Lei 9.394/96, art. 59)

O aluno poderá recorrer ao atendimento específico em sala de aula ou em instituição especializada sempre que necessitar. No entanto, não se trata de atendimento obrigatório, isso é fornecido de maneira compulsória aos indivíduos com deficiência, mas de atendimento fornecido de acordo com as reais necessidades desses. Além disso, o serviço especializado não pode impedir o acesso dos alunos às classes regulares de ensino, considerando que o acesso ao ensino fundamental é obrigatório e garantido na Constituição Federal do Brasil/1988.

A educação da pessoa com deficiência deve ser compreendida em uma dimensão bem ampla, ou seja, não só educativa, mas também sócio-cultural, com o



objetivo de desenvolver suas potencialidades, sem destacar suas dificuldades, porém respeitando-as, aprimorando sua participação na sociedade. No processo de inclusão, os alunos com deficiência, devem freqüentar as classes comuns do ensino regular, independentemente do grau de comprometimento cognitivo e cabe à escola se adaptar e estar aberta às diferenças e ser competente para trabalhar com todos os educandos, atendendo assim às necessidades dos alunos.

A escola é quem deve adequar-se aos seus alunos, visando, sempre, a inserção na sociedade. Uma escola que pretende ser inclusiva tem que passar por inúmeras adaptações para que consiga englobar um maior número de indivíduos no seu ambiente. Nas escolas regulares, para trabalhar com os alunos com necessidades educativas especiais, em seu ensino comum, os professores necessitam de formação adequada. A perspectiva de uma escola inclusiva coloca a necessidade de avaliar como os professores podem ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa.

A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como fontes de conhecimento sobre como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho nas salas de aula (Brasil, 1995, p.17).

A educação inclusiva, ainda é objeto de dúvidas. Nem todos têm certeza que este sistema organizacional inovador e desafiador seja viável. Faltam também apoio e estrutura política para uma inclusão eficaz, ainda que algumas leis venham garantir tal proposta.

Todas as crianças podem aprender juntas e fazer parte da vida escolar e comunitária. A diversidade é valorizada, pois fortalece a turma e oferece a todos maiores oportunidades para a aprendizagem.

No modelo “puro” de Educação Inclusiva todos os alunos estão inseridos nas classes regulares, e recebem oportunidades educacionais adequadas que, apesar de desafiadoras, devem ser ajustadas segundo as habilidades e necessidades de cada um. O princípio deste modelo pretende que todos os alunos, com as mais variadas diversidades e características, possam aprender juntos, que todos os serviços educativos sejam oferecidos, sempre que possível, dentro das classes regulares (CORREIA, 2001).

A Educação Inclusiva vem propor que todas as crianças, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural, estejam em salas de

aulas regulares e que suas necessidades sejam satisfeitas. Significa oferecer a todos os alunos, com deficiência ou não, os serviços necessários, em ambientes integrados, e em proporcionar aos professores atualização de suas habilidades. Em suma, incluir significa inserir alunos com deficiência em classes do ensino regular e oferecer apoio para professores e alunos.

Ela é uma proposta que sugere mudanças na concepção de ensino e das práticas pedagógicas realizadas na escola, visando ao benefício acadêmico de todos. É uma proposta que impulsiona uma transformação das práticas tradicionais que explicam as dificuldades dos alunos por seu suposto “déficit”, em direção a uma prática inovadora que entende as necessidades específicas de aprendizagem dos alunos tendo como referência o sistema educacional e as suas possíveis limitações.

Ao educar todos os alunos juntos, as pessoas com NEE passam a ter uma vasta gama de modelos de papéis sociais, de aprendizagem e de redes sociais. Tornam-se mais preparadas para a vida adulta em uma sociedade diversificada e passam a demonstrar maior responsabilidade e aprendizado crescente por meio da inclusão (SASSAKI, 1997; STAINBACK e STAINBACK, 1999).

Para Stainback e Stainback (1999), uma escola inclusiva é aquela que educa todos os alunos em salas de aulas regulares. Educar todos os alunos em salas de aulas regulares significa que todo aluno recebe educação e frequenta aulas regulares. Também significa que todos os alunos recebem oportunidades educacionais adequadas, que são desafiadoras, porém ajustadas às suas habilidades e necessidades, recebem todo o apoio e ajuda de que eles e seus professores possam da mesma forma, necessitar para alcançar sucesso nas principais atividades. Ela é um lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar, para que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas.

O objetivo da educação inclusiva é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Sua prática repousa em princípios como a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência entre a diversidade humana e, ainda, a aprendizagem através da cooperação. É possível dizer que o seu princípio fundamental é a valorização da diversidade dentro da comunidade humana (SASSAKI, 1999, p. 123).

É importante destacar que o problema não é o aluno que possui a deficiência e sim a deficiência do processo de ensino que não tem preparo específico para trabalhar com este educando. A educação inclusiva exige que expliquemos

dificuldades escolares não só tendo os alunos como focos, mas considerando-se as limitações existentes em nossos sistemas de ensino e em nossas escolas.

A educação inclusiva não é tarefa fácil de resolver na prática, embora educadores, familiares e comunidade em geral, busquem uma escola de melhor qualidade para todos. É um projeto a ser construído por todos, família e população em geral, e só terá êxito quando as atitudes em relação à inclusão escolar forem positivas.[...] Ainda que haja muita resistência por parte de muitas pessoas, é necessário que haja uma nova postura pedagógica frente à relação aprendizagem/desenvolvimento, visando uma maior compreensão sobre as dificuldades na aprendizagem e partindo do pressuposto de que o homem é um ser único e inigualável. (CARNEIRO, 2010)

A educação inclusiva é uma possibilidade que se abre para o desenvolvimento e para o benefício de todos os alunos com e sem deficiência nas escolas regulares de ensino, trazendo um conjunto de fatores para que todos possam ser inseridos totalmente na sociedade em todos os seus segmentos: trabalho, lazer, saúde, etc.

O debate sobre a educação inclusiva no Brasil vem provocando polêmica, estridência e polarização no país, principalmente pela falta de uma definição entre essas duas tendências (integração e/ou inclusão), e seu maior impacto tem incidido na questão da Educação Inclusiva. Apesar dessa discussão entre integrar ou incluir, a constante luta das pessoas com necessidades especiais é a luta pela sobrevivência e a possibilidade de poder fazer coisas “normais” sem ter que serem colocadas em situações indelicadas.

O movimento em prol da escola inclusiva representa uma mudança radical na educação, pois irá favorecer a igualdade de oportunidades a todas as pessoas. Uma educação mais personalizada que respeita a singularidade de cada aluno, uma melhoria da qualidade de ensino, a solidariedade e o respeito entre os alunos.

#### 4.1 OS PROFESSORES E SUA FORMAÇÃO

A identidade profissional dos professores da educação básica no Brasil passa a sofrer com os reflexos das políticas públicas desde os anos de 1970, que promoveram expansão da rede de ensino e uma progressiva ampliação da esfera de inclusão de novos sujeitos sociais, especialmente nas redes públicas. Logo nos primeiros anos após a promulgação da Lei 5.692/1971 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que vigorou entre 1971 e 1996 – o país se defrontaria com o

problema de falta de professores para assistir à imensa rede de educação básica em nível fundamental, tanto no regime regular diurno, quanto no supletivo, noturno, uma situação que em algumas regiões do país significava a súbita triplicação da demanda regular por professores.

Devido à influência ideológica do regime militar, a questão da formação de professores agravou-se até a primeira metade dos anos de 1980, quando mecanismos de censura acabaram por impor aos projetos curriculares um tom mais técnico, conseqüentemente menos reflexivo, sobre a condição do agente de ensino. Disso resultou que, no lugar da construção de conhecimentos, o professor em formação recebeu informações sobre como ensinar.

O magistério começou a defender a causa da inclusão das minorias sociais nos anos de 1980 e nesse momento chegavam ao Brasil novos referenciais teóricos na educação que ocorriam simultaneamente ao final da Guerra Fria, juntamente, portanto, com um estado de certa perplexidade diante da cultura desenvolvida entre os séculos XIX e XX, do que resultaria o movimento da Pós-Modernidade. Então, sem ter plenamente conseguido dar conta dos problemas que se desencadearam na década de 1970, o país promulgou a nova Lei de Diretrizes e Bases, em 1996, e reiniciou o mesmo tipo de problemas, dessa vez em decorrência da necessidade de expansão da rede do ensino médio e da formação de professores primários em nível superior, substituindo por título de graduação a antiga titulação obtida em curso normal de nível médio.

O professor tornou-se agente da educação inclusiva no início dos anos de 2000, movido pelas disposições legais que propunham reformas nos currículos de formação de professores adequando a teoria e prática. A exigência de educação continuada vem se acentuando desde 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que reconhece a diversidade no contexto escolar.

No processo de construção de uma classe inclusiva, as relações entre professor e aluno surgem como elemento de fundamental importância, já que é no contexto das relações que o respeito e a atenção pedagógica flexível e individualizada vão se efetivar. A democratização do ensino passa pelos professores, por sua formação, por sua valorização profissional e por suas condições de trabalho. O desenvolvimento profissional dos educadores é objetivo de propostas educacionais que valorizam a sua formação não mais baseada na racionalidade técnica, mas em uma perspectiva que reconhece a sua capacidade de decidir.

Hoje, na formação de professores, os currículos devem considerar a pesquisa como princípio cognitivo, investigando com os alunos a realidade escolar. O docente tem um papel fundamental (ainda que não esteja sozinho), desde o primeiro momento, visto que as suas atitudes irão determinar a qualidade da interação nas situações de ensino, definir as perspectivas de aprendizado do aluno com deficiência, como também poderá influenciar o modo que os demais alunos irão interagir com aquele colega. Neste sentido, Mantoan (2003) defende que a inclusão escolar:

não cabe no paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes, e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse projeto educacional ( MANTOAN, 2003, p.81)

É importante que o profissional de educação, em sala de aula, além da capacitação e de apoio esteja preparado para receber o “novo aluno”, para que a inclusão não seja somente física, mas que haja uma aprendizagem significativa para todos os alunos. Para que ocorra essa significativa aprendizagem é necessário saber o que o educador pensa, suas expectativas, suas ansiedades em relação ao diferente. É preciso saber, também, o que esse professor necessita e o que ele almeja.

Para atuar nessa perspectiva inclusiva que vise ao desenvolvimento do sujeito autônomo, a capacitação efetiva de docentes, tem como finalidade proporcionar esses profissionais a uma constante reflexão sobre sua prática pedagógica, onde a avaliação e re-avaliação, bem como os questionamentos, são permanentes, a fim de que possam rever esta prática e compartilhar experiências e novas idéias com seus colegas, pondo fim na prática individualista da formação e do exercício profissional. A própria LDB, através do seu artigo 59, reconhece a necessidade de professores capacitados como estratégia fundamental para a inclusão:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: (...)

III – Os professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (LDB (Lei nº. 9394/96). 20 de dezembro de 1996.)

Para a formação continuada em educação é fundamental compartilhar experiências, pois somente os conhecimentos teóricos não bastam, é necessária à participação nas mudanças sociais, como agente de formação e não apenas transmissor de conhecimentos, cabendo-lhe aprimorar-se pessoal e

profissionalmente. A formação do professor deve ser continuada, diferenciada e vista como uma ação que vise ampliar as competências, a fim de desenvolver as potencialidades do profissional em todas as dimensões.

Segundo (LEITE, 1999):

Os educadores devem estar dispostos às mudanças e estar constantemente revisando seus conceitos, ideologias e valores, para atuar como elemento facilitador no processo de conscientização da construção de sua cidadania. Esse processo de construção deve partir da sua prática e dos conhecimentos prévios que esta prática possibilita. Os professores devem ser “colocados em um contexto de aprendizagem e aprender a fazer fazendo: errando, acertando, tendo problemas a resolver, discutindo, construindo hipóteses, observando, revendo, argumentando, tomando decisões, pesquisando”. (LEITE, 1999, p. 28).

Não basta, portanto nessa perspectiva de transformação e atualização, o professor buscar alterar suas práticas, a escola, no contexto onde este docente está inserido, deve sofrer também alterações. Deve haver uma articulação entre a escola, seus projetos e seus docentes, pois um depende do outro.

## 5- A REPRESENTAÇÃO SOCIAL

As crianças vivem, desde o seu nascimento, em um mundo estruturado pelas representações sociais, e é com essas representações que elas se desenvolverão. Dessa maneira, uma criança com deficiência, que já vem estigmatizada pela sociedade, ao ingressar na escola, terá que conviver com as representações que seu professor faz da sua deficiência, seja ela qual for.

A representação que o docente possui de seu aluno está intimamente ligada a sua prática, e ela deve ser percebida e não apenas suposta. A importância de se compreender a representação social que o professor tem de seu discente deve-se ao fato de ela determinar as relações entre eles, e entre o grupo em que estão inseridos. Segundo Costa e Gomez:

Rever a escola é rever práticas, idéias, imagens, conceitos, é reconhecer quando as representações interferem em processos de mudança na direção de um novo rumo para a vida social, que clama por liberdade, justiça, solidariedade e amor. (COSTA; GOMEZ apud FREITAS; CASTRO, sd, formato em word)

O conceito de representação social está sofrendo inúmeras análises, críticas, leituras e reformulações por diversos pesquisadores. O mais importante é destacar que Moscovici está de acordo com essas possibilidades, segundo o relato: “O

conceito de representações sociais não está perfeitamente claro. Padece de um conteúdo demasiado amplo e mal definido.” ( MOSCOVICI apud GAUDIO, sd )

Apesar da dificuldade encontrada em se conceituar as representações sociais, Jean Claude Abric é referência conceitual. Para Abric:

(...) a representação é um conjunto organizado de opiniões, de atitudes, de crenças e de informações referentes a um objeto ou a uma situação. É determinada ao mesmo tempo pelo próprio sujeito (sua história, sua vivência), pelo sistema social e ideológico no qual ele está inserido e pela natureza dos vínculos que ele mantém com esse sistema social (ABRIC apud GAUDIO, sd)

Certas definições sobre representação social já se tornaram clássicas, mas alguns conceitos complementam o conceito aparentemente inflexível e rígido. De acordo com pesquisadores, Moscovici conceitua representações sociais de forma mais completa, assim:

Por representações sociais designamos um conjunto de conceitos, enunciados e explicações originado na vida cotidiana. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e aos sistemas de crença das sociedades tradicionais; poder-se-ia mesmo considerá-las como a versão contemporânea do senso comum. (MOSCOVICI apud GAUDIO, sd, formato em Word).

Compreende-se que as representações sociais, ao serem reconhecidas, influenciam no cotidiano, nas atitudes, nas tomadas de decisão, enfim, nas práticas. Elas não são fixas, e transcendem do aparente, e se relacionam às mudanças sociais e a alterações da dinâmica de relações entre os grupos sociais.

Uma outra definição, do próprio Moscovici, nos coloca mais próximos do mundo prático de construção das representações sociais:

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, entrecruzam-se e cristalizam-se sem cessar por meio de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, dos objetos consumidos ou produzidos, das comunicações trocadas estão impregnadas delas. Como sabemos, elas correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, assim como a ciência e os mitos correspondem a uma prática científica e mítica. (MOSCOVICI apud GAUDIO, sd, formato em Word)

Este aspecto das representações sociais é importante, pois ao lidar com o senso comum, o pesquisador tem que tomar cuidado com a vulgarização. É fundamental buscar no discurso o não dito. Normalmente, nas entrelinhas, que estão construídas as representações sociais.

O processo de representação, deste modo, permite a comunicação entre os integrantes de um grupo social, ou seja, é a visão, idéias e imagens dos indivíduos sobre a realidade que os cerca, às quais estão vinculadas as suas práticas sociais. Através das representações sociais é possível dar sentido a um objeto, tornando assim as relações mais complexas, além de estar embutidas em si uma história, a história de cada sujeito e suas particularidades.

## 6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se todo um discurso a favor da inclusão em vários segmentos da sociedade, dentre eles o ambiente escolar. A inclusão no contexto escolar é algo que vem se efetivando de forma gradativa, mesmo que a duras penas, na tentativa de se superar toda uma história de isolamento, discriminação e preconceito. No entanto, há ainda um longo caminho a ser percorrido, pois não se trata apenas de matricular o aluno com necessidades especiais na escola regular, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de educação os profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes não conseguem encontrar um “lugar” na escola. Dessa maneira, podemos afirmar que mesmo depois de muitas discussões e movimentos voltados para a inclusão escolar do aluno com deficiência, este ainda continua sofrendo pelo estigma e pelo preconceito em virtude de sua diferença.

Pode-se dizer, com base nos aspectos que foram contemplados nesta pesquisa, que as representações sociais dos professores a respeito da inclusão escolar dos estudantes com deficiências ainda é fortemente marcada por estigmas e preconceitos. Tais representações estão constantemente sendo construídas, não havendo por parte desses professores uma compreensão única sobre os fenômenos que envolvem o tema. E é nesse contexto que vão sendo delimitadas as relações entre professores e alunos.

Foi possível observar, nesse sentido, que alguns docentes, apesar do discurso que demonstra o reconhecimento das singularidades da pessoa com necessidades especiais, buscam, em sua prática, homogeneizar seus alunos, além disso, restringem as diferenças dos educandos às limitações, incapacidades e, até mesmo, a impossibilidade da aprendizagem, desconsiderando as potencialidades desses sujeitos, ou seja, o olhar dos professores está, exclusivamente, centrado na



limitação causada pela deficiência. O que resulta, na prática, em comportamentos preconceituosos e estigmatizantes em relação a esse aluno.

Verificou-se que os professores compreendem o processo de educação inclusiva como um desafio a ser enfrentado, em virtude da existência de muitos obstáculos a serem superados. Sobre esse aspecto, podemos destacar alguns elementos evidentes nessas representações, tais como: a falta de capacitação dos professores para trabalhar esses alunos, a necessidade de apoio de outros profissionais, como fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas, etc., para que se possam fornecer atendimentos mais especializados, a adaptação física das escolas, como a construção de rampas e elevadores e a falta de políticas públicas mais eficientes que atendam as necessidades da escola.

A partir dessas considerações verifica-se a urgente necessidade de se repensar o processo de inclusão nas escolas regulares para que ela se torne uma realidade na vida das pessoas com deficiências. Acredita-se que incluir alunos com deficiência na classe comum do ensino regular seja possível, desde que se reconheça a complexidade de tal processo, o qual requer muito investimento e comprometimento, principalmente dos órgãos governamentais.

Faz-se necessário, diante desta perspectiva, que os cursos de formação de professores os preparem para que estes tenham condições de trabalhar com a diferença na sala de aula. Além disso, é importante que essa formação seja contínua, permeada por trocas de experiências e de saberes entre os profissionais atuantes na escola, através de encontros sistematizados com a equipe interdisciplinar de apoio, mantendo um canal aberto de escuta para estes profissionais, de forma a possibilitar reflexões sobre o projeto político pedagógico da escola, sobre a necessidade das adaptações curriculares, sobre as posturas e valores dos educadores frente à diferença. Esses profissionais terão maiores condições de lidar com os impasses do cotidiano da sala de aula e do ambiente escolar, buscando analisar as questões que envolvem o seu fazer, dando novo significado às relações entre sujeitos, saberes e aprendizagens e criando novas práticas inclusivas.

Diante desses resultados, conclui-se então, que a inclusão na forma que vem se efetivando, está longe de atender a um ideal, pois incluir não significa apenas mudar o aluno de endereço, ou seja, sair da escola especial e ir para escola regular, o que foge dos princípios estabelecidos pela Declaração de Salamanca (1994), a

qual se constitui em um importante documento que trata dos princípios, a política e a prática da educação para o aluno com deficiência, que recomenda que as escolas se ajustem às necessidades de todos os alunos. No entanto, precisamos reconhecer que a inclusão escolar não é um processo rápido, automático e sim um processo gradativo, além de ser responsabilidade de toda sociedade, que deve sentir-se comprometida, viabilizando assim, este processo.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.S.F. *A interação social e o desenvolvimento de relações interpessoais do deficiente em ambiente integrado*. 1991. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARANHA, M. S. F. Inclusão social da criança especial. In: SOUZA, A. M. C. (Org.). *A criança especial: Temas Médicos, Educativos e Sociais*. São Paulo: Roca, 2003. p. 307-322.

BOBBIO, N. *Igualdade e liberdade*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ediouro. 1997

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n.º 20, de 15/12/1998. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Decreto n.º. 1.744, de 8 de dezembro, de 1995. Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Brasília, 8 dez, 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D1744.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1744.htm) Acesso em: 15 out. 2008.

BRASIL. Decreto n.º.5.296, de 02 dez. 2004. Regulamenta as Leis n.ºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 02 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)> Acesso em: 10 out. 2008.

BRASIL. *Constituição Federal Brasileira*. 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB* (Lei n.º 4.024/61). 20 de dezembro de 1961.

BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n.º 9394/96). 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp>> Acesso em: 06 set. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais no sistema educacional brasileiro*. Séries diretrizes n.º 11. Brasília: Secretaria de Educação Especial (SEESP), 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretária de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. 79 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. - Brasília: MEC / SEF / SEESP, 1999.

CARNEIRO, V.C. S., *A Educação para alunos portadores de Necessidades Educacionais Especiais – Deficiência Auditiva*. Postada no Blog: veronicacarneiro.blogspot.com. fevereiro de 2010

CORREIA, L. de M. Educação Inclusiva ou Educação Apropriada? In: RODRIGUES, D. (Org.) *Educação e Diferença* (volume 7). Portugal: Porto Editora, p. 123-141, 2001.

CAMPOS, Cláudia Berbert. *A tutela constitucional das pessoas portadoras de fissura labiopalatal*. 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituição Toledo de Ensino, Bauru. Disponível em:

<[http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_novidades/bibli\\_doacoes2006/Claudia%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_novidades/bibli_doacoes2006/Claudia%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf)>

Acesso em: 07 set. 2008.

CAMPOS, Miriam Piber. *A (im)possibilidade das pessoas com deficiência – uma discussão acerca das terminologias e dos conceitos*. UNIrevista - Vol. 1, nº 2: (abril 2006) ISSN 1809-4651 PPGEdU - ULBRA/Canoas, RS. Disponível em:

<[http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev\\_Campos.pdf](http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Campos.pdf)> Acesso em: 07 set 2008.

FILUS, Josiane Fujisawa; MARTINS, Joaquim Junior: *Inclusão de pessoas com deficiência na escola: a opinião dos professores de Educação Física*. Maringá, v. 26, nº. 1, p. 103-108, 2004. Disponível em:

<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewPDFInterstitial/1565/918>> Acesso em: 20 set, 2008.

FREITAS, Soraia Napoleão; CASTRO, Sabrina Fernandes de. *Representação e educação especial: A representação dos professores de alunos com necessidades educativas especiais incluídos na classe comum do ensino regular*. Disponível em:

<[http://www.adefib.org.br/links/Artigos/REPRESENTACAO\\_SOCIAL\\_E\\_EDUCACAO\\_ESPECIAL.doc](http://www.adefib.org.br/links/Artigos/REPRESENTACAO_SOCIAL_E_EDUCACAO_ESPECIAL.doc)> Acesso em: 04 set. 2008. Formato digital em Word.

GAUDIO, Eduardo Vianna. *Representação social: uma teoria em construção*. Disponível em: <<http://www.neaad.ufes.br/subsite/psicologia/obs12eduardo.htm>> Acesso em: 01 set. 2008. Formato digital em Word.

LEITE, R. S. *Formação de professores: Aquisição de conceitos ou competências?* MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Revista Criança do professor de educação infantil. Nº 30, 1999.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; CASTRO, Bernardo Monteiro de. *Dialogando sobre preconceitos, políticas de inclusão escolar e formação de professores*. In: Divino José da Silva; Renata Maria Coimbra Libório. (Org.). Valores, preconceito e práticas educativas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 73-114.

MANTOAN, M. T. E. *Igualdade e diferenças na Escola – Como andar no fio da navalha*. Disponível em WWW.moderna.com.br

MANTOAN, M. T. E. *Ser ou Estar, Eis a Questão: Explicando o Intelectual*. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

MANTOAN, M.T.E. (2003). *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?*. São Paulo: Moderna (Coleção cotidiano escolar).

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*, São Paulo, Cortez, 1996.

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Débora. *A Nova Maneira de se Entender a Deficiência e o Envelhecimento*. Pub. Seriada: Texto para Discussão Ipea 1040. Brasília: Ipea, 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td\\_1040.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1040.pdf)> Acesso em: 02 out. 2008.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil*. Rev. Bras. Educ., Dez 2006, vol.11, no. 33, p.387-405.

MITTLER, Peter. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre, Artmed, 2003. ONU. *Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência*. Nova York, 2006. Disponível em: <<http://www.assinoinclusao.org.br/Downloads/Convencao.pdf>> Acesso em: 08 out. 2008.

SANTOS, M. P. dos. *A inclusão da criança com necessidades educacionais especiais*. Disponível em: <[www.educacaoonline.pro.br](http://www.educacaoonline.pro.br)> Acesso em: 07 set. 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Como chamar as pessoas que têm deficiência*. São Paulo: RNR, 2003. Disponível em: <<http://www.pjpp.sp.gov.br/2004/Artigos/Art.17.pdf>> Acesso em: 05 set. 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Incluso: construindo uma sociedade para todos*. 7ªed. Rio de Janeiro: WVA. 2006.

STAINBACK, S. e STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TODOS, *Declaração Mundial Sobre Educação*. Disponível em: [www.educacaoonline.pro.br](http://www.educacaoonline.pro.br). Acesso em: 29 out. 2008.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Nações Unidas, 1994. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br>, acessado em 11/10/2008.



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**FUNDAMENTOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

**E. M. “DONA TEREZINHA DE JESUS VIANA CAMARGOS”.**

**ANDRÉIA MONGE LOPES**

**APARECIDA MARQUES DOS SANTOS LOPES**

**GRÉCIA VARELA SILVA**

**KÁTIA SAMARINI MACHADO**

**SÃO JOSÉ DA LAPA**

**2010**

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**FUNDAMENTOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

**E. M. “DONA TEREZINHA DE JESUS VIANA CAMARGOS”.**

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina

Projeto Vivencial do Curso de Formação de Gestores

Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**SÃO JOSÉ DA LAPA**

**2010**

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	04
2. FINALIDADES DA ESCOLA .....	05
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	06
3.1. Na área pedagógica.....	08
4. CURRÍCULO .....	08
4.1. Área da Educação Infantil.....	11
4.2. Área Ensino Fundamental.....	11
5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....	12
6. PROCESSO DE DECISÃO .....	14
7. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	15
8. AVALIAÇÃO .....	16
8.1. Estudos de recuperação.....	16
8.2. Avaliação e recuperação.....	17
8.3. Verificação do rendimento escolar.....	17
9.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	19



## 1. Introdução

Em face de tantas mudanças e exigências do mundo moderno, educar indivíduo é mais do que nunca um grande desafio.

Visto posto, faz-se necessário rever determinados conceitos e propostas em ação, acreditando que é possível uma Escola Pública de qualidade inspirada nos princípios de igualdade, liberdade, inclusão e solidariedade, zelando pela construção de um indivíduo feliz e concreto, capaz de exercer a sua cidadania, atuando politicamente na construção do todo social.

Assim, acreditando nas novas políticas educacionais (Lei de Diretrizes e Bases e Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental e Infantil) e na Missão de Escola de educar indivíduos que sejam capazes de analisar, interpretar e transformar a realidade, visando o bem estar pessoal e coletivo do homem, reafirmamos nosso compromisso educacional através de nossa Proposta Pedagógica.

A Escola por ser uma instituição social, não deve atuar desvinculada das questões sociais, que imperam em nosso meio . Assim sendo, sua função maior é a socialização do produto cultural, promovendo a conscientização crítica e participativa do indivíduo para o exercício de sua cidadania.

Para tanto, a Escola deve ser percebida como um ponto de partida da construção do saber sistematizando, promovendo e desenvolvendo o ser humano, através do resgate das características individualizadas, da auto-estima do educando e do educador. Deve considerar o aluno como cidadão crítico, consciente, político, um ser pensante, capaz de entender e assumir suas responsabilidades, participar da vida econômica, política e social do meio em que vive e, conseqüentemente do seu país.

Pelo exposto, sentimos a necessidade de avaliar uma Proposta de intervenção administrativa e pedagógica favorecendo a transformação da escola em uma organização ativa, significativa, atraente e real, englobando a educação em um plano que traga para dentro de seus espaços o mundo real, do qual toda a comunidade faça parte, observando as novas exigências e peculiaridades através da priorização dos pontos fracos e do fortalecimento e revalorização dos aspectos positivos de nossa escola.

## 2. Finalidades da Escola

Proporcionar aos nossos alunos a formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização e preparação para a vida.

A Escola tem como filosofia promover uma educação com foco na aprendizagem, buscando a formação do aluno como cidadão. O nosso objetivo é levar o aluno a ter uma visão global do mundo real, através de conhecimentos e vivências adquiridas, tornando possível, a formação de uma consciência crítica e a busca da coletividade para o bem comum.

Oferecer uma educação de qualidade para todos, respeitando as diferenças pessoais, culturais e valorizando efetivamente o ser humano e o meio em que vive.

De acordo com as metas e resultados esperados podemos destacar alguns no decorrer deste ano:

1. Com a maior interação entre docentes de todos os turnos, espera-se que todos os profissionais da educação convivam e tenham oportunidades de juntos participarem de eventos e cursos, capacitando-os cada vez mais e tornando-os um grupo unido e forte para atuar na educação do município.

A Escola tem como objetivo formar cidadãos participativos, críticos, que busquem o bem coletivo. Incentivar os alunos a buscarem sempre novos conhecimentos:

1. Respeitando a individualidade e valorizar as potencialidades de cada um;
2. Incentivar a arte e a criatividade;
3. Favorecer e divulgar os trabalhos dos alunos através de exposições, jornalzinho, teatro, etc.

Com relação ao projeto podemos citar alguns objetivos de acordo com o diagnóstico feito:

4. Proporcionar a criança condições de ampliar suas experiências, partindo do eu saber, dando-lhe oportunidade de compreender o mundo em que vive, as relações sociais e culturais de forma crítica e transformadora;
5. Possibilitar a criança convivência de situações que favoreçam o desenvolvimento de habilidades de interação, participação, solidariedade e convivência, resultando assim, na sua autoconfiança na capacidade de adquirir conhecimentos;
6. Possibilitar ao educando, oportunidades favoráveis ao desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista o atendimento `as diferenças individuais existentes;

7. Inteirar-se das dificuldades enfrentadas pelos docentes;
8. promover reuniões, palestras, discussões e festa de confraternização entre os professores do 3(três) turnos;
9. possibilitar a troca de experiências entre profissionais da Educação Infantil da escola, mantendo o intercâmbio entre as turmas.
10. possibilitar também a troca de experiências entre os profissionais do Ensino Fundamental, mantendo o intercâmbio entre os turnos.

A demanda de alunos atendida pela escola, diferencia-se pelo nível sócio-econômico, variando em sua grande maioria os alunos de classe média e classe baixa, o que exige da comunidade escolar um trabalho mais direcionado, pautado nestas diferenças, promovendo um processo institucional com qualidade social.

### **3. Estrutura Organizacional**

#### **Criação:**

A Escola Municipal “Dona Terezinha de Jesus Viana Camargos”, foi criada nos termos do artigo 1º da Resolução SEE nº 66 de 10/6/1999 e considerando o parecer CEE nº 422 de 1/6/2000, ficando autorizada a funcionar a partir de fevereiro de 2001, para atender ao ensino de pré-escola e ensino fundamental de 1º e 2º Ciclos.

#### **2000 – 1 Local:**

1. Escola Estadual “Beatriz Maria de Jesus” – 267 alunos nos turnos manhã e tarde.

#### **2001 – 3 Local:**

2. Escola Estadual “Beatriz Maria de Jesus” – 3 turmas no turno da manhã e 3 turmas no turno da tarde.

#### **2002/2003: 1 Local: – Prédio Próprio:**

1. Sítio Senhor João – 3 turmas no turno da manhã e 4 turmas no turno da tarde.
2. Escola Odetinha – 2 turmas no turno da manhã e tarde.

Situada na Avenida Ingrácio Marques Siqueira, nº 700 – Bairro Dom Pedro I São José da Lapa /MG, Cep. 33.350-000, Fone: (31) 3623-6144.

Criação: Resolução nº 8361/98 SSE.

Portaria : nº587/2000.

Localização: Zona urbana.

Prédio: próprio construído em convênio com o Estado e a Prefeitura

Seu funcionamento é da seguinte forma:

Manhã

3º Ano – 61

4º Ano – 59

5º Ano – 53                      Total – 173

Tarde

Maternal – 37

1º Período – 38

2º Período – 43

1º Ano – 41

2º Ano – 60                      Total – 219

Noite

EJA – 32

Telecurso – 45                      Total – 77

Totalizando 469 alunos.

Equipe de funcionários:

1 Diretora, 2 vice-diretoras, 3 secretárias, 2 supervisoras, 28 professoras, 2 monitoras (uma para cada sala do maternal), 10 serviçais e 2 vigias.

Tendo em vista as observações feitas pelo grupo de docentes, administração e supervisão, houve uma necessidade de algumas alterações e mudanças na Escola Municipal “Dona Terezinha de Jesus Viana Camargos”, pois, percebe-se que a partir de críticas e criatividade, podemos mudar a qualidade social da Escola, visando sua reforma estrutural como

instituição, tendo em vista redefinir seu papel social, sua organização interna e externa, seus currículos, programas, metodologias e materiais didáticos.

Torna-se assim, importante a construção de uma nova política pedagógica que incentive mudanças as nossas crianças, buscando sua formação integral, para que possam viver numa sociedade onde sejam capazes de participar, criticar e produzir.

### **3.1. Na área pedagógica**

1. Organizar os documentos das enturmações heterogêneas para o início do próximo ano letivo.
2. Promover a integração da equipe docente, valorizando o trabalho coletivo, para que a Escola se torne um todo como comunidade escolar.

## **4. Currículo**

Processos através do qual as pessoas se inserem na sociedade, transformando-se e transformando a sua realidade.

Ambiente Educação é um dos processos de formação da pessoa humana. Que leva em conta o conjunto das dimensões da formação humana, onde o conhecimento é compartilhado e sistematizado, tendo a tarefa de formar seres humanos com consciência de seus direitos e deveres.

A escola segue algumas matrizes pedagógicas que norteiam nossa prática e vivências fundamentais neste processo de humanização das pessoas, que também chamamos de educação.

Nossa escola tem como desafio permanente difundir novas relações de trabalho, pelo jeito de dividir tarefas e pensar no bem estar do conjunto e da comunidade escolar. Arroyo (2007) argumenta que o currículo, os conteúdos, seu ordenamento e sequenciação, suas hierarquias e cargas horárias, são o núcleo fundante e estruturante do cotidiano da escola, do tempo e espaço, das relações entre professores e alunos e da diversificação que se estabelece entre os professores.

As novas relações sociais fazem com que a escola se organize coletivamente produzindo Valores, construindo aprendizagem, novos comportamentos, tornando assim o espaço escolar um ambiente propício para o desenvolvimento do cidadão na vida social.

Educar partindo do princípio: Prática-teoria-prática, em busca da construção de uma sociedade justa, igualitária, com valores e conhecimentos socialmente úteis, almejando o desenvolvimento integral do ser humano, sujeitos do contexto social e capazes de transformar o ambiente em que vivem.

Queremos que nossos alunos possam ser mais críticos e não apenas sabedores de competências e habilidades técnicas. Eles precisam aprender a falar, a ler, a calcular, confrontar, dialogar, debater, dialogar, sentir, analisar, relacionar, celebrar, saber articular o pensamento e o seu próprio sentimento, sintonizados, com a sua história da luta pela terra, ou seja, cidadãos conscientes e capazes de interagir na sociedade.

A proposta de educação de nossa escola tem ênfase em três aspectos importantes na questão da metodologia de ensino: temas geradores; prática- teoria-prática; e participação coletiva.

O estudo a partir de Temas Geradores como forma de tomar da realidade concreta o ponto de partida do ensino, de superar uma abordagem estanque e desatualizada do ensino/aprendizagem mais atraente e significativo para os educandos. Sendo assim; esse método de ensino torna o processo ensino- aprendizagem mais voltado às necessidades e aos interesses populares.

Em linhas gerais podemos dizer que Temas Geradores são assuntos ou questões extraídas da realidade. Em torno destas questões são desenvolvidos os conteúdos e práticas no conjunto da escola. A partir disso desejamos intervir concretamente na realidade.

Temos uma grande preocupação com a aprendizagem de habilidades, conhecimentos práticos, que somente ações concretas podem proporcionar.

Queremos um método que ensine não só a dizer, mas também a fazer, nas várias dimensões da vida humana.

O que ensinar e o como ensinar é uma preocupação central da escola, portanto o currículo da escola é flexível, contendo Base Nacional Comum e parte diversificada. Além dos conteúdos relativos a conceitos, procedimentos e atitudes, volta-se para o desenvolvimento de princípios éticos, estéticos e políticos. Enfoca a interdisciplinaridade e contextualização, proporcionando aos adolescentes, jovens e adultos a capacidade necessária para refletir, fazer opções e viver melhor. O conhecimento vai sendo construído a partir da interação professor-aluno, com adaptações que atentam aos alunos portadores de necessidades especiais. O que ensinar e o como ensinar é uma preocupação central da escola.

Ele está sempre atualizado para atender aos anseios da clientela. Promovemos a Semana Pedagógica para estudos e reflexões do processo ensino-aprendizagem, mantendo uma avaliação diagnóstica para constatar avanços e dificuldades, bem como soluções para o funcionamento satisfatório da escola. A adoção do recreio pedagógico permite aos alunos vivenciarem conhecimentos e descoberta de talentos artísticos.

Todo o trabalho se foca no desenvolvimento das potencialidades do aluno e no bem estar dos segmentos escolares, com projetos que trabalham temas contemporâneos.

Com o objetivo de favorecer o desenvolvimento pleno do aluno a escola também objetiva a modernização e atualização de conceitos e métodos, para acompanhar e participar do processo de inovação tecnológica, com vistas a oferecer ensino de qualidade para seus alunos.

Com uma gestão democrática, apoiada pela participação dos diferentes segmentos da comunidade nos processos decisórios administrativos e pedagógicos, procura-se desenvolver o comprometimento com a educação por parte de todos que fazem a escola.

São proporcionados aos professores e técnicos momentos de estudo e reflexão acerca da realidade educacional; e durante as aulas-atividade busca-se definir uma proposta pedagógica interdisciplinar, baseada em pesquisas e estudos compartilhados.

A elaboração de um plano anual de trabalho é feita em conjunto com as equipes técnico-pedagógica e administrativa, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Educação e com a Proposta Pedagógica da Escola. Ressalta-se ,o respeito à legislação educacional atual, a a submissão do planejamento à apreciação do Escolar, para a sua aprovação.

#### **4.1. Área da Educação Infantil**

O currículo da Educação Infantil segue as diretrizes do planejamento do município de São José da Lapa, que por sua vez obedece a critérios das diretrizes Estaduais buscando também integração com o planejamento de cidades vizinhas como Vespasiano e Belo Horizonte.

Os tempos pedagógicos são divididos de acordo com o aproveitamento das turmas, valorizando e respeitando o tempo de cada aluno. Porém é possível explicar o “tempo do Brincar” que acontece semanalmente por duas vezes, e é um momento de socialização e

organização espacial, em que são considerados os aspectos sensório-motor, organização, respeito e integração.

As disciplinas ministradas que buscam constantemente a integração de conteúdos, são trabalhadas de forma a introduzir, retomar, quando necessário e consolidar trabalhando sistematicamente, cuidando sempre para que não se torne cansativo e visando preferencialmente o lúdico.

O recreio das crianças é um momento de socialização, em que as crianças brincam livremente e podem manifestar sua autonomia com mais liberdade.

O planejamento é um mecanismo fundamental para o bom desempenho das atividades do professor, por isso os professores da nossa escola tem três momentos de esquematização das suas atividades que são: módulos individuais, módulos pedagógicos e módulos docentes.

## **4.2. Ensino Fundamental**

Diante da crescente dificuldade em conseguir resultados satisfatórios em turmas que reuniam alunos com maior grau de dificuldade (turmas homogêneas), nosso município optou por agrupar os alunos de maneira heterogênea, ou seja, distribuindo-os de forma a equilibrar as dificuldades dos alunos. O mecanismo utilizado para que seja feita essa distribuição é a enturmação, que reúne o pedagógico e os professores de uma determinada etapa, buscando apontar as dificuldades e facilidades das crianças.

Relevamos que o município decidiu implementar o sistema de seriação, descentralizando a progressão automática, afim de reorganizar as estruturas escolares. Com esta proposta, nossa escola está reforçando a avaliação sistêmica, embasando-se nos parâmetros de séries, valorizando ainda mais as enturmações heterogêneas, o que diante à realidade educacional, apresenta-se como eixo convencional.

## **5. Tempos e espaços escolares**

A escola pública, como parte integrante da sociedade não pode deixar de refletir sobre o quadro social e buscar mudanças, permitindo avanços democráticos em sua estrutura interna e em sua interação com a comunidade.

Nossa escola tem como desafio permanente difundir novas relações de trabalho, pelo jeito de dividir tarefas e pensar no bem estar do conjunto e da comunidade escolar.



Ela se organiza coletivamente através de novas relações sociais que produz e reproduz valores, alternando comportamentos, costumes e idéias. Construindo a aprendizagem organicamente coletiva torna o espaço escolar uma janela aberta para a visão de um mundo novo, e de uma cultura de pensar no bem de todos.

A escola acredita que cultivar a memória é mais do que compreender friamente o próprio passado. A pedagogia da história se baseia em não ver a história somente como uma disciplina e passe a trabalhá-la como uma dimensão importante de todo o processo educativo, buscando desenvolver a capacidade de organização dos nossos alunos quanto à preservação e limpeza do ambiente educativo, pontualidade, horários da escola e o zelo ao patrimônio escolar.

Dentro de suas possibilidades de vagas, atende a todos os alunos sem distinção de raça, credo ou classe social.

Atualmente, a Escola Municipal Dona Terezinha de Jesus Viana Camargos, oferta três turnos para atender 469 alunos oriundos do bairro, D.Pedro I, e a maioria utiliza o transporte escolar municipal. A partir da realidade desta clientela, das condições físicas da escola e das necessidades da comunidade envolvida, foram traçados, de forma coletiva, objetivos e metas de trabalho com o propósito de reconstruir os espaços, procurando melhorar as condições para um melhor fazer pedagógico e administrativo.

A organização de todas as práticas pedagógicas é planejada, também de forma coletiva, com os estabelecimentos de horários e localização de turmas para atividades permanentes da escola; sala de leitura, informática, sala de reforço escolar ( para diminuir a evasão e a repetência, aumentando o estímulo de estar na escola, vinculando as práticas esportivas e culturais ao desempenho acadêmico do aluno).

As “aulas livres” foram eliminadas e cada vez que falta um professor a equipe pedagógica entra em ação e os alunos são mantidos em aula, para satisfação dos pais. Os próprios alunos estão mais interessados nas atividades e projetos oferecidos como alternativas de aulas normais, sendo eles Projeto 2º Tempo, Capoeira, Bombeiro Mirim, Sexualidade e Valores.

No cotidiano, os educandos desenvolvem trabalhos na horta escolar a fim de vivenciarem os conhecimentos na área da agricultura e ajudarem no auto sustento da merenda escolar, cuidam da conservação do ambiente mantendo o espaço da escola limpo, o lixo reciclado, conservação do patrimônio escolar.

Esse projeto Horta na Escola “ Verde e Vida “, em parceria com a comunidade e a secretaria do meio ambiente municipal, é exemplo de ações interventivas e interdisciplinares, que fazem com que os alunos reforcem as aulas de geometria, medidas e peso, classificação, observação, estudo das plantas e do solo.

Todos os funcionários que compõe o espaço escolar da nossa instituição , em número de 50, sentem-se responsáveis pelo que fazem e pelos projetos que elas mesmas ajudaram a construir para beneficiarem os alunos que buscam dentro do processo educativo sua valorização como cidadãos conscientes.

O caráter educativo do ambiente físico, social e cultural da escola é enfatizado, não se restringindo nem à sala de aula nem ao professor. Nesse sentido, a escola procura adequar a formação dos seus profissionais às exigências da função que assumem.

Apesar de não trabalharmos com o tempo integral com nossos alunos, buscamos, considerando o clima organizacional da escola, seus valores, visão do futuro, missão, objetivos comprometido com a sua formação integral e pela transformação da nossa sociedade.

A E.M. “D. Terezinha de Jesus Viana Camargos” tem como objetivos do âmbito administrativo:

1. Murar toda a Escola com o objetivo de promover a segurança integral.
2. Ampliar a biblioteca, construir uma sala para o recurso audiovisual e outra para atividades artísticas.
3. Construir e equipar um laboratório.
4. Na quadra poli esportiva, providenciar vestiários masculinos e femininos, e uma cantina.
5. Instalar a cobertura na rampa de entrada com grades.
6. Garagem coberta.

## **6. Processos de decisão**

A nossa gestão baseia-se na certeza de que o foco maior de qualquer escola é o aluno, não deixando de valorizar o público interno a fim de reafirmar seu compromisso, envolvendo-o e tornando cúmplice do projeto a ser desenvolvido e dividindo responsabilidades para alcançar os objetivos.

Embora não tenha processo eletivo e o cargo seja escolhido e nomeado pelo prefeito municipal, a gestão é participativa e todos os seus membros podem modificar, aperfeiçoar,

evoluir, pensar e agir coletivamente. A Secretaria de Educação transfere para a instituição toda autonomia para que ela busque uma gestão aberta e democrática. A escola procura ser inclusiva, adequando-se dentro das possibilidades, facilitando o processo escolar, com transparência e proação em busca de excelência na aprendizagem, realizando o compromisso de satisfazer os anseios da comunidade.

A escola reforça esta autonomia por meio de parcerias com órgãos colegiados, instituições públicas e privadas, comerciantes locais e demais segmentos sociais, valorizando a importância da gestão democrática.

A prática educativa é participativa e cooperativa com integração família-escola, por meio de reuniões da APM ( Associação de Pais e Mestres), plantões pedagógicos, reuniões do núcleo gestor, corpo docente e funcionários, vivenciadas de modo sistematizado pelo planejamento escolar coletivo.

A diretora permanece na escola durante o período de atividades escolares, participando de assembleias, supervisionando o bom andamento dos trabalhos, aumentando a frequência e a qualidade dos contatos informais entre os membros da equipe, liderando o estabelecimento e a implantação de normas de comportamento. Está sempre informada da eficácia das atividades de ensino desenvolvidos pelos professores.

A escola permanece aberta à comunidade sempre que é solicitada nos finais de semana, feriados e férias. A biblioteca e a quadra estão entre os espaços disponíveis para a comunidade.

O Conselho Escolar e a APM incentivam os demais segmentos da comunidade a buscar formas alternativas de adquirir recursos para projetos pedagógicos e melhorias das condições físicas e materiais da instituição. Estas parcerias têm resultados satisfatórios no ensino-aprendizagem e na manutenção e preservação da escola como patrimônio público e local que visa a formação crítica e reflexiva do cidadão.

*“Uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria e assegura condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas que permitam o bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que os alunos sejam bem-sucedidos em suas aprendizagens”. (LIBÂNEO, 2005, p.301)*

## **7. Relações de Trabalho**

Nossa escola tem como desafio permanente difundir novas relações de trabalho, pelo jeito de dividir tarefas e pensar no bem estar do conjunto e da comunidade escolar.

A escola se organiza coletivamente através de novas relações sociais que produz e reproduz valores, alternando comportamentos, costumes e idéias. Construindo a aprendizagem organicamente coletiva torna o espaço escolar uma janela aberta para a visão de um mundo novo, e de uma cultura de pensar no bem de todos.

Há uma correlação de forças e é nesse embate que se originam os conflitos, tensões e rupturas, proporcionando a construção que favoreçam o diálogo, a comunicação entre os diferentes segmentos da escola.

Os encaminhamentos das situações de conflitos serão feitos com as relações inter-pessoais, onde serão chamadas ambas partes para que sejam resolvidos da melhor forma possível (criança-criança, criança-adulto, adulto-adulto).

Disponibilização do prédio escolar para a realização de encontros religiosos, cultos ecumênicos, reuniões;

Realização de reuniões com o Conselho Escolar;

Realização de reuniões com o Círculo de Pais e Mestres;

Realização de palestras com o Conselho Tutelar, psicólogos e pessoas da comunidade;

Coleta de doações para Entidades Assistenciais;

Realização de eventos para a aquisição de recursos, a fim de realizar passeios educativos;

Organização de prestações de contas à comunidade escolar.

## **8. Avaliação**

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo, contextualizado por toda a comunidade escolar. São realizadas práticas avaliativas diagnósticas, investigativas, participativas, levando em consideração o aluno como um todo, sua bagagem cultural e as diferenças individuais.

A avaliação é feita de forma constante e contínua no decorrer de todo o ano letivo, através da verificação dos conteúdos que estão sendo estudados.

É realizada: Avaliação somativa, um dos exemplos mais conhecidos é a prova objetiva (os mais variados tipos de testes, relatórios, questionários).

A verificação diagnóstica do desempenho dos alunos é realizada, continuamente, ao final de cada bimestre. A gestão, a coordenação pedagógica, a coordenação disciplinar e os docentes realizam reuniões para deliberar ações (atividades culturais e esportivas, reuniões de pais e mestres, reforço escolar, palestras e outros) que atendam aos anseios e necessidades diagnosticadas.

*“Avaliação formativa, que pretende acompanhar o processo de aprendizagem, o crescimento e a formação dos alunos (esta é feita através de observação diária). Pesquisas consistentes sugerem que as pessoas atuam mais nas áreas nas quais elas serão avaliadas. (...). Indicadores não apenas medem a realidade, mas eles a modificam. (...). Como é possível notar, os efeitos de altas apostas nos indicadores [avaliativos] podem algumas vezes ser contra-produtivos”. (DARLING HAMMOND e ASCHER, 1991, p.37).*

### **8.1. Estudos de recuperação**

Avaliação como já descrevemos é processo contínuo, devendo prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Com base neste pensamento o estudo de recuperação é oferecido a todos os educandos, sempre que o educador notar deficiências no processo, é paralelo.

### **8.2. Avaliação e Recuperação**

A avaliação visará especialmente acompanhar o desenvolvimento do aluno e o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade. É um processo contínuo do qual deverá participar toda a comunidade escolar.

A avaliação será realizada continuamente, visando melhor acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, usando vários instrumentos de medida, tais como: testes, jogos, trabalhos individuais e em equipe, pesquisas, observações, etc.

Os instrumentos usados nas avaliações serão elaborados por professores e especialistas da escola, de acordo com o conteúdo desenvolvido.

O registro será feito pelo professor através de fichas de acompanhamento dos alunos com ajuda da equipe pedagógica da escola.

A recuperação é paralela e contínua em todo o processo e aprendizagem durante todo ano letivo.

Os pais serão comunicados sobre o desenvolvimento de seus filhos através de reuniões bimestrais, ou se necessário, conversas individuais com professor, diretor, vice-diretor ou equipe pedagógica.

Todo o processo escolar deverá também ser avaliado periodicamente ou de acordo com necessidades evidenciadas.

### **8.3. Verificação do Rendimento Escolar**

A avaliação do trabalho escolar visará, especialmente, acompanhar o desenvolvimento do aluno e o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

A avaliação contínua do trabalho escolar do aluno, onde se observará a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, possibilitará a verificação:

1. Da adequação dos currículos ou a necessidade de sua reformulação;
2. Da validade dos recursos didáticos adotados;
3. Da necessidade de se adotarem medidas de recuperação;
4. Do ajustamento psico-social do aluno;
5. Dos aspectos a serem reformulados no planejamento escolar.

No início do ano letivo, far-se-á diagnóstico da aprendizagem, cujo resultado servirá para verificar os aspectos programáticos já vencidos e possibilitar a continuidade do desenvolvimento do programa.

Os processos de avaliação deverão medir de preferência, a compreensão dos fatos, a percepção de relações, a aplicação de conhecimentos, as habilidades e automatismos adquiridos evitando a aferição de dados apenas memorizados.

A verificação de rendimento é processo contínuo de que deve participar toda a comunidade escolar.

Vários instrumentos de medida poderão ser utilizados (testes, trabalhos individuais e ou em equipe, pesquisas, observações e outros), devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado.

Os instrumentos de avaliação serão elaborados pelos professores, pedagogos e com a participação do diretor, de acordo com o currículo desenvolvido.

A auto-avaliação do aluno deverá ser adotada, por constituir instrumento indispensável ao seu desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem.

A avaliação será contínua e cumulativa, devendo ser expressa em conceitos na Educação Infantil e notas no Ensino Fundamental, para conhecimentos dos alunos e seus responsáveis no mínimo duas vezes por semestre.

A Escola de Educação Infantil adotará os seguintes conceitos:

1. A – **Alcançou suficientemente** os objetivos de estudos;
2. B – **Alcançou parcialmente** os objetivos de estudos;
3. C – **Com um pouco mais de esforço conseguirá alcançar os objetivos de estudo.**

No Ensino fundamental os alunos serão avaliados por série. O aluno que não alcançar 60%, será retido. Onde serão distribuídos 100 pontos no decorrer do ano letivo.

O ano letivo será dividido em quatro (04) bimestres, sendo vinte e cinco (25) pontos em cada.

A verificação do rendimento far-se-á de acordo com o tratamento dispensado aos conteúdos curriculares, segundo seu desenvolvimento sob a forma de atividades, área de estudo ou disciplina.

O processo de apuração da assiduidade ficará a cargo dos professores, que deverão fazer o registro de frequência dos alunos diariamente.

Avaliar o processo educacional é mais que avaliar o aluno, onde deve ser definido o conceito de qualidade de ensino. É interessante observar a construção de indicadores de qualidade, para que no lugar de padronizarmos os resultados esperados dos alunos, possamos padronizar as condições de ensino oferecidas. Onde assegura-se a igualdade de condições de acesso ao conhecimento, aprendizagem e democracia.

## **10. Referências Bibliográficas**

ARROYO, Miguel G. **Indagações sobre currículo**: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 2 ed. São Paulo: Cortez. 2005.

SOUZA, Ângelo Ricardo ( *Et al.*), *Biblioteca Geral do Curso- avaliação de sistema: A superação da competição/ Comparação e a sua utilização para diagnóstico e tomada de decisão.*